

1 Aos trinta dias do mês de maio de 2022, às 9h00, reuniram-se ordinariamente os conselheiros
2 da Câmara Técnica de Planejamento, Projetos e Controle – CTPC, do Comitê da Bacia
3 Hidrográfica do Rio das Velhas - CBH Rio das Velhas, por meio de videoconferência,
4 utilizando-se da plataforma *Zoom Meeting*. **Participaram os seguintes conselheiros:** João
5 Paulo Mello Rodrigues Sarmiento – IEF; Leopoldo Curi - Agência de Desenvolvimento da
6 Região Metropolitana de Belo Horizonte (ARMBH); Leandro Vaz Pereira - Consórcio de
7 Saneamento Básico Central de Minas (CORESAB); Humberto Fernandes Martins Marques
8 (Prefeitura de Belo Horizonte); Heloísa Cristina França Cavallieri – Serviço Autônomo de
9 Água e Esgoto de Itabirito (SAAE Itabirito); Ronald de Carvalho Guerra - Associação dos
10 Doceiros e Agricultores Familiares de São Bartolomeu (ADAF); Carlos Henrique de Melo –
11 Instituto Guaicuy; Leonardo José de Resende Teixeira - Conselho Regional de Engenharia e
12 Agronomia de Minas Gerais (CREA MG). **Participaram os seguintes convidados:** Dimas
13 Correa, Kalebe Cruz – Equipe de Mobilização e Educação Ambiental do CBH Rio das
14 Velhas/FUNDEP; Paulo Barcala – Equipe de Comunicação do CBH Velhas/Tanto Expresso;
15 Giuliane Portes - Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM); Paula Procópio, Ohany
16 Vasconcelos, Thiago Campos – Agência Peixe Vivo (APV); Maria Eduarda Moraes Lana -
17 Prefeitura de Itabirito. Ronald Guerra inicia a reunião agradecendo a presença de todos. Dá
18 sequência colocando em votação a **ata da reunião do dia 28 de março de 2022**, que é
19 aprovada com alterações solicitadas por Thiago Campos. **Recomposição da câmara técnica**
20 **com participação do Instituto Guaicuy;** Dimas Correa informa que o Instituto Guaicuy
21 indicou Carlos Henrique de Melo como seu representante pelo seguimento sociedade civil
22 organizada. A indicação é aprovada por unanimidade e Carlos será suplente de Ronald
23 Guerra. **Apresentação do programa de PSA (Pagamento por Serviços Ambientais) e**
24 **ações na UTE Itabirito;** Maria Eduarda inicia sua apresentação dizendo que o PSA é um
25 instrumento expressivo para criação de estímulos para proteção ambiental. Sua base legal é
26 a Lei Municipal nº 3523/2021, que institui a política e o programa municipal de Pagamento por
27 Serviços Ambientais, estando em convergência com o Programa Águas Integradas,
28 desenvolvido pelo CBH Rio das Velhas em conjunto com o Subcomitê Rio Itabirito.
29 Atualmente o arranjo institucional do PSA envolve duas ações em andamento, uma é a
30 parceria entre a *The Nature Conservancy* (TNC) e a Agência Peixe Vivo (APV), que se
31 encontra em fase de formalização de contratos e transferência de recursos, e outra em
32 conjunto com a Coca Cola, ainda em fase de mobilização social e formalização de parcerias.
33 Os objetivos iniciais desse PSA é trabalhar na sub-bacia do Ribeirão Carioca, visando
34 conservar a qualidade dos recursos hídricos, reduzir os níveis de poluição e fomentar
35 cobertura vegetal das áreas pré-selecionadas. O próximo passo é regulamentar a legislação,
36 que já possui pré-projeto e se encontra em fase de debates. Maria Eduarda considera que um
37 dos pontos positivos dessa etapa é a criação de um comitê de discussão do PSA para além
38 do âmbito institucional do município, pois é consenso a necessidade de abrir diálogo com a
39 sociedade civil. Ronald entende que este é um programa já em consolidação, pois as

40 discussões são antigas e culminaram com a legislação federal de abril de 2021, evidenciando
41 um processo longo até sua regulamentação. Recorda-se que outra ação ligada ao PSA foi a
42 seleção do projeto no edital da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) no
43 âmbito do Programa Águas Brasileiras, vinculado ao Ministério do Desenvolvimento Regional
44 (MDR), tendo a APV como proponente, explicando que o mesmo não tem repasse de
45 recursos, mas sim a busca de financiamento junto à iniciativa privada por meio de incentivos
46 fiscais, tal qual a lei de incentivo à cultura. Thiago esclarece que em 2020, a TNC, que é uma
47 instituição associada à APV acenou quanto à possibilidade de se levantar fundos junto ao
48 banco BID por meio da Aliança de Fundos de Água da América Latina. Os levantamentos
49 mostraram que o município de Itabirito era o mais avançado em se tratando de PSA, além de
50 ser estratégico para a segurança hídrica da RMBH. Os recursos foram levantados em 2021 e
51 uma conta exclusiva foi aberta para pagamento do PSA na bacia do Ribeirão Carioca. O
52 município fez um chamamento simplificado, tendo 34 proprietários rurais interessados em
53 aderir ao programa. Thiago reforça o entendimento de que aqueles que aderirem ao contrato
54 de PSA deixam de ser apenas voluntários e passam a ser prestadores de serviços. O recurso
55 se encontra disponível em conta da APV e ainda não foi repassado para o município por
56 ainda haver pendências quanto à regulamentação da lei, o que dará segurança jurídica para
57 colocar os recursos em fundo municipal, devendo estar tudo resolvido no mês de julho. Sobre
58 o programa Águas Brasileiras, Thiago esclarece que foi um programa do Ministério do
59 Desenvolvimento Regional, com a sistemática de as entidades submeterem propostas ligadas
60 à segurança hídrica nas bacias do Rio São Francisco e do Rio Araguaia. Não havia verba
61 direta da União provisionada para financiar o programa, mas sim o cruzamento das propostas
62 com os patrocinadores interessados. A diretoria do comitê solicitou que a Agência
63 submetesse ao programa, que foi habilitada em segundo lugar concorrendo com mais de 150
64 propostas. A Coca Cola se interessou em fazer o financiamento e disponibilização do recurso.
65 Por fim, Thiago esclarece que esse recurso não será investido no PSA, mas sim em
66 restauração ambiental. O PSA será viabilizado a partir da TNC e do BID, sendo colocado em
67 uma conta específica. Apesar de parecer uma boa iniciativa fomentar políticas públicas com
68 repasse de recursos privados, Ronald alerta que existe uma grande lacuna, com o
69 sucateamento de diversos fundos, como o de meio ambiente, bem como na área da cultura e
70 educação, por exemplo. Lembra que as discussões sobre o PSA em Itabirito começaram em
71 2017 dentro do Subcomitê do Rio Itabirito, evidenciando um longo trabalho até chegar à lei
72 em 2021. Considera importante universalizar essa política dentro da bacia do Rio das Velhas,
73 havendo a necessidade sensibilizar os gestores municipais. Assim, a ideia de trazer essa
74 pauta foi com o objetivo de provocar uma discussão neste sentido, e sugere um seminário
75 sobre o PSA, tendo o exemplo de Itabirito como uma cartilha a ser seguida. Thiago reforça a
76 necessidade de fortalecimento dessa forma de política pública e gestão municipal, servindo
77 de exemplo para outros municípios caminharem na mesma direção. Mas é importante haver
78 segurança jurídica para que se possa conseguir investidores, e o fundo municipal dá essa

79 segurança. Ronald complementa dizendo que a criação de fundos municipais e formas de
80 repasse vinculadas aos conselhos podem trazer muitas possibilidades. Reforça que não é o
81 comitê de bacia que vai fomentar essa ação, pois precisa virar política consolidada em âmbito
82 municipal. Leopoldo diz que a ARMBH está discutindo a possibilidade de o plano diretor
83 municipal abarcar diretrizes do PSA. Lembra que esses planos possuem áreas temáticas que
84 precisam de conselho, fundo e lei que os regulamente. Conclui lembrando o que o modelo do
85 município de Extrema também é interessante. Ronald reforça a proposta do seminário sobre o
86 tema, a ser levado para a diretoria do comitê. **Status da contratação e execução de**
87 **projetos hidroambientais:** Paula apresenta o status dos projetos em execução com os
88 recursos da Cobrança. São 4 projetos ligados à mobilização social, educação ambiental e de
89 capacitação; 6 projetos ligados a planos de manejo de unidades de conservação municipais
90 ou estaduais; 3 projetos de saneamento; 6 projetos de diagnósticos ou estudos ambientais; 2
91 projetos que subsidiam a criação de corredores ecológicos e 8 projetos de revitalização e
92 requalificação ambiental. O projeto Resgatando Jovens Para o Desenvolvimento Sustentável,
93 na UTE Guaicuy foi concluído em 2019; Ações estruturais e estruturantes em pontos
94 ecoturísticos na UTE Águas do Gandarela tem previsão de encerramento em julho; o
95 mapeamento de nascentes urbanas da bacia do Rio do Peixe, vetor sul da RMBH, na UTE
96 Águas da Moeda e a capacitação e operação de operadores de máquinas na UTE Paraúna
97 estão aguardando licitação. Em 2021 foram concluídos os planos de manejo das APAS
98 municipais da Serra do Cabral nos municípios de Várzea da Palma e Lassance, na UTE
99 Guaicuí; e neste ano foram concluídos os planos das APAs de Morro da Garça (UTE Rio
100 Bicudo) e Cachoeira da Lajinha (UTE Ribeirão da Mata); e aguardam licitação os planos de
101 manejo do Parque Estadual Serra do Sobrado, na UTE Ribeirão da Mata, e APA Andrequicé
102 e Refúgio da Vida Silvestre Macaúbas. Os projetos ligados à execução de sistemas de
103 abastecimento de água nas comunidades de Buriti Velho (UTE Ribeirão Picão) e Jacarandá
104 (UTE Rio Bicudo) continuam suspensos e aguardando posicionamento do IGAM quanto aos
105 bens patrimoniáveis; e o de esgotamento sanitário para o bairro Morro do Sebastião, na UTE
106 Nascentes não foi recomendado. Os estudos de diagnóstico para criação da APA Pedra
107 Rachada (UTE Caeté-Sabará) e para proteção e conservação do Manancial do Machado
108 (UTE Jequitibá) foram concluídos no ano passado; a aplicação das metodologias ZAP e ISA
109 nas bacias do Córrego Riachão e Córrego das Abelhas (UTE Peixe Bravo) está em execução.
110 O diagnóstico ambiental da Lagoa da Lapinha aguarda licitação; e a constituição do Parque
111 Nascentes dos Olhos D'Água (UTE Arrudas) está suspensa por solicitação do subcomitê, e o
112 diagnóstico ambiental e plano de ações para o Alto Maracujá (UTE Nascentes) teve o
113 contrato junto à empresa executora rescindido. O projeto de Elaboração de estudos de
114 mapeamento e criação de áreas de conectividade na bacia do Rio Taquaraçu e áreas
115 contíguas foi concluído no último ano e Mapeamento de corredores ecológicos no SAP Vetor
116 Norte da RMBH no âmbito das UTEs Carste e Ribeirão da Mata se encontram em execução.
117 Quanto aos projetos de revitalização e qualificação ambiental, a revitalização de área verde e

118 fundo de vale com enfoque socioambiental na UTE Ribeirão Onça foi concluído em 2021; em
119 monitoramento se encontram os projetos produzindo água na bacia do Ribeirão Tabocas
120 (UTE Tabocas e Onça) e programa águas integradas (UTE Itabirito); o projeto hidroambiental
121 na UTE Paraúna se encontra em fase final de execução; e se iniciaram em 2022 os projetos
122 de produção de água nas UTE Cipó e Jabó-Baldim, construção de estradas ecológicas e
123 recuperação de estradas vicinais na UTE Taquaraçu e levantamento e cercamento das
124 nascentes da sub-bacia do Córrego São João/ Rio Engenho Velho - Bacia do Rio do Peixe
125 em Nova União; e levantamento e cercamento das nascentes da Sub-bacia do Rio Preto, na
126 mesma UTE. Por fim, Paula esclarece que o projeto de recuperação da sub-bacia do Córrego
127 Maquiné (UTE Santo Antônio-Maquiné) não teve TDR aprovado pelo subcomitê. Os projetos
128 ligados ao Programa de Conservação Ambiental e Produção de Água se encontram em fase
129 de visitas às microbacias, reuniões com os demandantes, articulações locais e em elaboração
130 dos Termos de Referência para contratação dos diagnósticos e projetos básicos e executivos.
131 Os conselheiros solicitam que o arquivo dessa apresentação seja enviado a todos por e-mail,
132 o que será feito ainda hoje. **Informes gerais.** Dimas informa que em conjunto com a diretoria
133 do comitê, a equipe de mobilização e comunicação está preparando para o mês de junho os
134 “Diálogos Regionais” entre os subcomitês de cada uma das 4 regiões fisiográficas da bacia,
135 visando promover maior integração entre os subcomitês e parceiros, com vistas ao
136 fortalecimento da governança, do diálogo e da gestão; e a Semana do Rio das Velhas,
137 comemorativa ao aniversário do comitê, com um webnário sobre os desafios e as
138 perspectivas das concessionárias quanto ao novo marco legal do saneamento no dia 28 de
139 junho e a plenária comemorativa no dia 29. Humberto informa que durante a reunião do
140 CBHSF em Ouro Preto foi apresentado pelo hidrólogo Leonardo Mitre o projeto “Lagoas
141 Marginais”, ligado à área do saneamento com a previsão de 50 milhões de reais a serem
142 aplicados Brasil. Acredita que os planos municipais de saneamento (PMSB) podem servir de
143 base para as prefeituras quanto a essa possibilidade de investimento, e sugere buscar
144 maiores informações a respeito junto ao Ministério da Cidadania quanto aos investimentos
145 federais nessa área. Ronald sugere trazer o referido hidrólogo para compartilhar essas
146 informações com mais detalhes junto à CTPC. João Paulo reforça a necessidade de envolver
147 os subcomitês na articulação com as prefeituras, e definir como essas e o próprio comitê
148 devem agir. Carlos informa que no município de Presidente Kubitschek a CODEVASF
149 comprou um projeto executivo na área de saneamento e o executou sem ônus ao município.
150 Prometeu maiores investimentos a partir de 2019, mas houve uma mudança em sua
151 metodologia de investimentos, não existindo mais a possibilidade de recursos próprios,
152 trabalhando somente com verba parlamentar. Considera ser importante trabalhar na
153 identificação dos recursos, pois, de modo geral, estes têm se pulverizado em verba
154 parlamentar, e reforça os depoimentos da maioria dos representantes das prefeituras que
155 estiveram no Encontro de Prefeitos, a respeito da dificuldade de acesso aos recursos. Heloisa
156 esclarece que existem novas diretrizes para financiamento de projetos de saneamento, que

157 precisam estar explícitos nos PMSB e indicados como prioridade. Caso não estejam, é
158 necessário justificar, que poderá ser aceita ou não. Além disso, o município precisa ter a sua
159 lei de saneamento em vigor. Por estes e outros motivos, é necessário que os municípios
160 atualizem seus PMSB. Ronald entende que é importante que por meio da CTPC o comitê se
161 posicione quanto à atualização dos PMSB, uma vez que financiou a elaboração de muitos
162 deles. Contudo, tem a opinião de que os municípios precisam agora caminhar com as
163 próprias pernas. Mas considera ser importante as prefeituras estarem informadas quanto a
164 isso, reforçando inclusive que os planos são norteadores das metas que as concessões
165 privadas precisam cumprir. Por fim, recorda-se que a ARMBH também tem dado assessoria
166 para elaboração de planos diretores municipais em alguns municípios da bacia, e sugere que
167 estes sejam apresentados. Leopoldo aceita a sugestão, uma vez que neste momento possui
168 metodologia e informações mais consolidadas para apresentar. João Paulo informa que se
169 encontra em execução o projeto hidroambiental na UTE Taquaraçu, já sendo realizado 3
170 seminários em municípios da UTE. Este projeto envolve a recuperação de estradas vicinais,
171 construção de barraginhas, cercamento de nascentes e plantio de mudas. O próximo passo é
172 a realização de oficinas junto às comunidades envolvidas. Ainda sobre este território, Ronald
173 informa que encaminhou para diretoria do comitê os entendimentos que essa câmara teve
174 sobre o Viveiro Langsdorff e considera importante retomar a discussão, até para obter retorno
175 quanto às tratativas de retorno de investimento do mesmo e não perder força de discussão.
176 Inclusive para obter uma manifestação da APV em relação ao contrato da empresa e a forma
177 como o repasse está sendo feito de acordo com as articulações realizadas. João Paulo diz
178 que o IEF tem buscado transferir para seu viveiro algumas das mudas excedentes, para que
179 não sejam perdidas, mas está tendo algumas dificuldades. As mudas não estão com as
180 condições previstas contratualmente, e existe uma pressão da empresa que “pisou na bola”
181 ao final do contrato para retirar essas mudas, ameaçando cobrar pedágio daquelas que não
182 forem retiradas até o próximo dia 10. Ronald informa que houve uma determinação da
183 diretoria do comitê para implantação dos subcomitês nas UTE’s que ainda não possuem, e o
184 processo de mobilização dessas não envolve um novo aporte de recursos, mas sim uma
185 reestruturação das ações de mobilização, com reuniões bimensais em todos os subcomitês.
186 Diz que é importante sim criar os demais subcomitês, mas não está muito bem convencido da
187 efetividade da metodologia proposta para isso, com reuniões espaçadas, pois muitos
188 subcomitês têm atuação e pauta bastante fortalecidas que extrapolam atividades mensais, e o
189 mobilizador tem um papel estratégico fundamental. Assim, sugere trazer essa discussão para
190 a CTPC, até para entender o estágio de amadurecimento de cada um dos subcomitês e
191 trabalhar melhores possibilidades e propostas de mobilização. Não havendo mais nenhum
192 assunto a tratar, a coordenação da CTPC atesta que esta reunião ocorreu com a estrutura
193 mínima necessária para possibilitar a participação de todos os conselheiros, e encerrou a
194 mesma, da qual se lavrou a presente ata. **Encaminhamentos:** planejar seminário sobre PSA
195 para o segundo semestre; fazer contato com o hidrólogo Leonardo Mitre visando obter



COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO DAS VELHAS
CÂMARA TÉCNICA DE PLANEJAMENTO, PROJETOS E CONTROLE
ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 30 DE MAIO DE 2022

196 maiores informações sobre o projeto “Lagoas Marginais” e sobre a obtenção de recursos para
197 o saneamento; retomar discussão do Viveiro Langsdorff; discutir o processo de mobilização
198 para criação dos subcomitês nas UTE’s faltantes.

Ronald Carvalho Guerra
Coordenador da CTPC